RESUMO

Este trabalho abordou a importância da formação pedagógica para a qualidade do ensino superior no Brasil, com o objetivo de analisar como a capacitação dos professores impacta as práticas pedagógicas e a aprendizagem dos alunos. A pesquisa teve como base um levantamento bibliográfico, com a revisão de teorias e estudos recentes sobre o tema. A metodologia consistiu na análise de livros, artigos acadêmicos e documentos relacionados às políticas públicas de educação e formação docente. Os resultados evidenciaram que a formação pedagógica é essencial para que os professores possam não apenas dominar o conteúdo, mas também aplicar estratégias didáticas inovadoras e adaptadas às necessidades dos alunos. Além disso, foi possível observar que a capacitação contínua é fundamental para que os educadores acompanhem as mudanças no cenário educacional e se tornem mais preparados para lidar com a diversidade de suas turmas. A pesquisa concluiu que a formação pedagógica deve ser vista como uma ferramenta indispensável para o aprimoramento da qualidade do ensino. Quando os professores recebem uma formação sólida e têm acesso a recursos de atualização, eles conseguem impactar positivamente o aprendizado dos alunos, criando ambientes mais dinâmicos e eficazes. Dessa forma, políticas públicas que incentivem a formação continuada dos docentes são essenciais para a evolução do ensino superior no país.

Palavras-chave: Formação pedagógica. Qualidade do Ensino. Metodologias Ativas.

ABSTRACT

This work addressed the importance of pedagogical training for the quality of higher education in Brazil, aiming to analyze how teacher training impacts pedagogical practices and student learning. The research was based on a bibliographic survey, reviewing theories and recent studies on the topic. The methodology consisted of analyzing books, academic articles, and documents related to public education policies and teacher training.The results highlighted that pedagogical training is essential for teachers to not only master content but also apply innovative teaching strategies tailored to students' needs. Furthermore, it was observed that continuous professional development is crucial for educators to keep up with changes in the educational landscape and become better equipped to handle the diversity of their classrooms.The research concluded that pedagogical training should be seen as an indispensable tool for improving the quality of education. When teachers receive solid training and have access to ongoing professional development, they can positively influence student learning, creating more dynamic and effective learning environments. Therefore, public policies that encourage continuous teacher training are essential for the advancement of higher education in the country.

Keywords: Pedagogical training. Quality of Education.Active methodologies.

INTRODUÇÃO

A docência no ensino superior vem passando por grandes mudanças nos últimos anos, impulsionadas pelo avanço da tecnologia, pelo novo perfil dos estudantes e pelas transformações no próprio jeito de ensinar e aprender. O modelo tradicional, com aulas expositivas e pouca interação, já não dá conta das demandas atuais, e os professores universitários se veem diante do desafio de inovar e se adaptar. No entanto, diferentemente da educação básica, a docência no ensino superior não exige, formalmente, formação pedagógica específica, o que levanta uma questão importante: como esses professores se preparam para ensinar?
Essa reflexão é essencial, pois um profissional pode ser um grande especialista na sua área, mas, sem estratégias pedagógicas bem

desenvolvidas, a transmissão do conhecimento pode não ser eficaz. Além disso, os estudantes mudaram, estão mais conectados, mais críticos e esperam algo além do modelo tradicional de ensino. Diante disso, este estudo busca compreender a docência no ensino superior, analisando os desafios enfrentados pelos professores e as metodologias que podem tornar o ensino mais significativo. O tema se justifica pela necessidade urgente de se discutir como os docentes podem aprimorar sua prática, tornando o aprendizado mais dinâmico e eficiente.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a atuação dos professores universitários, com foco nas dificuldades que encontram e nas estratégias que utilizam para tornar o ensino mais atrativo. Para isso, pretende-se identificar os principais desafios enfrentados por docentes, explorar metodologias inovadoras que possam tornar o aprendizado mais eficaz e analisar o impacto da formação pedagógica na qualidade do ensino.

Para chegar a essas respostas, a pesquisa será conduzida a partir de uma revisão bibliográfica, reunindo estudos acadêmicos, artigos científicos e documentos oficiais que abordam à docência no ensino superior, as metodologias ativas e os desafios do ensino universitário. Esse percurso teórico permitirá um olhar mais amplo sobre o tema, trazendo diferentes perspectivas e ajudando a entender como a docência pode ser aprimorada para acompanhar as transformações do mundo e da educação.

DESENVOLVIMENTO

A História do Ensino Superior no Brasil: Origens, Transformações e Desafios

A história do ensino superior no Brasil é marcada por avanços, desafios e mudanças que refletem o próprio desenvolvimento do país. Ao contrário de outras nações da América Latina, que criaram universidades ainda no período colonial, o Brasil demorou a estruturar seu ensino superior, já que Portugal preferia enviar seus estudantes para universidades europeias, especialmente em Coimbra. Isso significava que, por muito tempo, não havia instituições de ensino superior em território brasileiro, o que limitava a formação intelectual da população.

De acordo com Cavalcanti e Guerra (2021) esse cenário começou a mudar em 1808, com a chegada da família real portuguesa. Para atender às novas demandas administrativas e científicas da colônia, foram criadas as primeiras escolas superiores, como as de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro. Pouco depois, em 1827, surgiram os cursos de Direito em São Paulo e Olinda, fundamentais para formar a elite política e jurídica do país.

No entanto, durante grande parte do século XIX, o ensino superior brasileiro permaneceu fragmentado, composto por faculdades isoladas e sem uma universidade estruturada nos moldes europeus. Foi apenas em 1920 que o Brasil viu nascer sua primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro, que mais tarde se tornaria a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O século XX trouxe mudanças importantes. Com a modernização do país e a crescente demanda por profissionais qualificados, o ensino superior começou a se expandir. Segundo Gomes e Oliveira (2021) a Reforma Universitária de 1968 foi um marco nesse processo, ao incentivar a pesquisa científica, a pós-graduação e a organização das universidades de maneira mais integrada. Já nos anos 1990, houve um grande crescimento das instituições privadas, tornando o ensino superior mais acessível, mas também levantando discussões sobre a qualidade da formação e os impactos da mercantilização da educação.

Hoje, o ensino superior brasileiro enfrenta desafios como a inclusão de estudantes de diferentes realidades sociais, a necessidade de melhorar a qualidade do ensino e a adaptação às novas tecnologias. A educação a distância e as ferramentas digitais vêm mudando a forma como professores e alunos interagem com

o conhecimento, exigindo novas estratégias para garantir um aprendizado significativo.

A trajetória do ensino superior no Brasil mostra que avançamos muito, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Garantir que todos tenham acesso a uma formação de qualidade e que o ensino acompanhe as transformações do mundo é um desafio

constante, mas essencial para o desenvolvimento social e econômico do país.

Políticas Públicas e Legislação do Ensino Superior no Brasil

O ensino superior no Brasil é regulado por um conjunto de leis e políticas públicas que garantem sua organização, expansão e qualidade. Tudo começa com a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família. No caso do ensino superior, a Constituição garante a autonomia universitária, permitindo que as instituições tenham liberdade para decidir sobre seus currículos, administração e gestão financeira, desde que sigam as regras do sistema educacional brasileiro.

Conforme explicam Carneiro e Bridi (2020) um dos pilares dessa estrutura é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a famosa LDB, sancionada em 1996. Ela define as diretrizes para o ensino superior, desde a organização dos cursos até a formação dos professores e os critérios de avaliação das universidades. Também reforça a necessidade de ensino gratuito nas universidades públicas e incentiva a pesquisa e a extensão como parte essencial da formação acadêmica.

Para ampliar o acesso ao ensino superior, o governo criou diversas políticas públicas ao longo dos anos. O Programa Universidade para Todos, o ProUni, lançado em 2004, oferece bolsas de estudo para estudantes de baixa renda em instituições privadas. O Fundo de Financiamento Estudantil, o FIES, criado em 1999 e reformulado depois, permite que os alunos financiem seus estudos com condições especiais de pagamento. Outra grande mudança veio com o Sistema de Seleção Unificada, o SISU, que usa as notas do ENEM para selecionar estudantes para universidades públicas (Fialho; Neves; Oliva, 2024).

Além disso, a Lei de Cotas, aprovada em 2012, garantiu uma reserva de vagas para alunos de escolas públicas, pessoas de baixa renda, negros, indígenas e quilombolas, tornando o ensino superior mais acessível. Já a qualidade das instituições e dos cursos é monitorada pelo Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior, o SINAES, criado em 2004. Esse sistema avalia as universidades, os cursos e o desempenho dos estudantes para garantir que o ensino atenda a padrões mínimos de qualidade.

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados. Muitas universidades precisam de mais investimentos em infraestrutura, melhores condições de trabalho para os professores e mais apoio para que os alunos não apenas entrem, mas consigam concluir seus cursos. As leis e políticas que regem o ensino superior mostram o esforço para tornar a educação mais acessível e de qualidade, mas o caminho ainda exige melhorias e novas estratégias para acompanhar as transformações do mundo e garantir um ensino realmente eficiente.

O Desafio da Docência Universitária: Obstáculos e Estratégias para um Ensino Mais Atraente

Ser professor universitário vai muito além de transmitir conhecimento, envolve despertar o interesse dos alunos, incentivá-los a pensar de forma crítica e criar um ambiente que favoreça o aprendizado. No entanto, essa missão não é simples. Os desafios são muitos e exigem que os docentes estejam sempre se reinventando para tornar suas aulas mais envolventes e significativas.

Para Nóvoa et al. (2023) um dos principais obstáculos enfrentados é a falta de estrutura adequada em muitas universidades. Salas de aula sem recursos tecnológicos, bibliotecas desatualizadas e pouca conexão com a prática profissional podem tornar o ensino engessado e distante da realidade dos alunos. Além disso, lidar com turmas cada vez mais diversas, compostas por estudantes com diferentes níveis de conhecimento, expectativas e dificuldades, exige dos professores um esforço constante para adaptar suas abordagens e garantir que todos consigam acompanhar o conteúdo.

A desmotivação dos alunos também é um grande desafio. Muitos chegam ao ensino superior sobrecarregados, conciliando trabalho e estudo, lidando com dificuldades financeiras ou simplesmente sem enxergar sentido imediato no que estão aprenden-

do. Quando o estudante não vê a aplicação prática do que está sendo ensinado, a aula pode parecer apenas mais uma obrigação a ser cumprida. Para enfrentar essa questão, os professores precisam encontrar formas de tornar o conteúdo mais próximo da realidade e mais interessante.

De acordo com Ferraz, Ferreira e Nova (2021) uma das estratégias mais eficazes é o uso de metodologias ativas, que colocam o aluno no centro do aprendizado. Em vez de apenas assistir a longas explicações, os estudantes participam ativamente da construção do conhecimento por meio de debates, estudos de caso e projetos que os desafiem a aplicar o que estão aprendendo. Outra ferramenta poderosa é o uso da tecnologia. Plataformas digitais, vídeos interativos e simulações podem transformar uma aula teórica em uma experiência mais dinâmica e envolvente.
Ainda, sabe-se que a formação continuada é essencial para que os professores consigam acompanhar as mudanças e se adaptar às novas demandas do ensino superior. Participar de cursos, trocar experiências com outros docentes e investir no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia e comunicação, fazem toda a diferença na relação com os alunos e na qualidade do ensino.
Diante de tantos desafios, fica claro que a docência universitária exige muito mais do que domínio do conteúdo. É preciso criatividade, sensibilidade e disposição para inovar. Os professores que conseguem se conectar com seus alunos e transformar a sala de aula em um espaço de troca e aprendizado significativo acabam deixando marcas que vão muito além do conhecimento técnico. Afinal, ensinar não é só passar informação, é inspirar, provocar reflexões e abrir caminhos para o futuro.

Metodologias Inovadoras no Ensino Superior: Caminhos para um Aprendizado Mais Eficaz
Nos dias de hoje, o ensino superior enfrenta uma transformação constante. A maneira como os alunos aprendem e os professores ensinam tem mudado bastante, principalmente por conta das novas demandas da sociedade e dos avanços tecnológicos. O método tradicional de ensino, que se baseia basicamente na transmissão de conteúdo de forma passiva, já não é mais suficiente para garantir um aprendizado realmente eficaz. A necessidade de tornar as aulas mais dinâmicas e de proporcionar uma experiência mais significativa levou ao surgimento de várias metodologias inovadoras.
Segundo Debald (2020) uma dessas metodologias é a aprendizagem baseada em problemas. Ao invés de simplesmente entregar o conteúdo pronto para os alunos, os professores propõem problemas reais para serem resolvidos. Isso faz com que os estudantes se tornem protagonistas do seu aprendizado, investigando, discutindo e

criando soluções para situações que exigem pensamento crítico e colaboração. Essa abordagem acaba tornando o aprendizado mais interessante, pois conecta o que é ensinado à realidade e ao que o aluno realmente precisa saber para lidar com desafios no futuro.
Outra metodologia que tem ganhado bastante espaço é a sala de aula invertida. Para Nascimento, Almeida e Silva (2023) nesse modelo, o estudante se torna o responsável por aprender o conteúdo de forma autônoma, através de materiais online como vídeos e textos, antes de chegar à aula. O tempo em sala de aula, então, é utilizado para discussões, tirar dúvidas e fazer atividades mais práticas. Isso dá ao aluno a liberdade de aprender no seu ritmo e faz com que o tempo presencial seja mais aproveitado para interações, troca de ideias e aprofundamento dos conceitos.
O ensino híbrido também surge como uma alternativa interessante, combinando o melhor do ensino presencial com o online. Weber e Olgin (2020) apontam que a ideia é dar ao aluno mais flexibilidade, permitindo que ele avance no conteúdo de forma mais personalizada. Isso não só ajuda quem tem dificuldades em acompanhar o ritmo da turma, mas também atende àqueles que buscam um aprendizado mais acelerado. O uso de plataformas digitais torna possível esse modelo, com recursos como fóruns de discussão, videoaulas e avaliações online. Além disso, o ensino híbrido estimula habilidades como a autogestão e a responsabilidade

pelo próprio aprendizado.
Outro ponto importante dentro das metodologias inovadoras é a gamificação, que utiliza elementos de jogos para tornar as aulas mais interessantes. Desafios, recompensas e rankings são formas de engajar os alunos, tornando o processo de aprender mais divertido e, ao mesmo tempo, educativo. Ao transformar o aprendizado em algo mais lúdico e desafiador, a gamificação ajuda a motivar os estudantes a se dedicarem mais, pois eles se sentem envolvidos e querem alcançar a próxima etapa (Alexandre; Lopes, 2024).
Não se pode esquecer das tecnologias educacionais, como a realidade aumentada e as simulações virtuais. Essas ferramentas têm o poder de transformar uma aula teórica em uma experiência prática e interativa. Ao usar essas tecnologias, o conteúdo abstrato se torna mais acessível, e os alunos conseguem visualizar e até experimentar aquilo que estão estudando de uma forma muito mais imersiva.
Essas metodologias inovadoras no ensino superior estão mudando a forma como encaramos a educação. Elas ajudam a criar um ambiente de aprendizado mais

ativo, envolvente e adaptado às necessidades dos estudantes. No entanto, é preciso que os professores se preparem para essas novas abordagens, e que as instituições de ensino invistam na infraestrutura necessária para implementá-las de forma eficaz. O caminho está aberto para um ensino mais dinâmico e mais conectado com o mundo em que vivemos, e é fundamental que todos envolvidos se comprometam com esse processo de transformação.

O Impacto da Formação Pedagógica na Qualidade do Ensino
A formação pedagógica é um dos pilares que sustentam a qualidade do ensino. Não basta ao professor saber o conteúdo que vai ensinar, é fundamental que ele também saiba como ensinar de forma eficaz. O ensino de qualidade não se resume a repassar informações, mas sim em entender as necessidades dos alunos, saber como motivá-los e criar estratégias que tornem o aprendizado significativo. Nesse sentido, a formação pedagógica tem um papel essencial, pois capacita o professor para lidar com a diversidade da sala de aula e para aplicar metodologias que realmente funcionem.
O impacto de uma boa formação pedagógica se reflete diretamente no ambiente de aprendizagem. Segundo Almeida (2020) professores bem preparados são mais capazes de perceber as diferentes formas de aprender de seus alunos, e com isso conseguem diversificar suas abordagens. Não existe um único tipo de estudante, e o professor precisa ter uma caixa de ferramentas recheada com diversas estratégias, para que todos possam aprender da melhor forma. Esse tipo de formação ajuda o educador a utilizar metodologias como a aprendizagem colaborativa, o ensino baseado em problemas ou até o uso de tecnologia, o que torna as aulas mais dinâmicas e atraentes.
Além disso, um professor com formação pedagógica tem uma visão mais crítica e reflexiva sobre o seu trabalho. Ele não só sabe o que fazer, mas também entende o “porquê” de suas escolhas, questiona suas próprias práticas e está sempre em busca de novas formas de melhorar. Esse processo de constante aprimoramento permite que o ensino se torne mais inovador, alinhado às necessidades do século XXI, que pede, entre outras coisas, habilidades como pensamento crítico, criatividade e resolução de problemas.

Outro ponto importante é a relação entre a formação pedagógica e a forma de avaliar os alunos. Huet (2024) explica que um professor bem formado não vê a avaliação apenas como uma maneira de medir o desempenho, mas como uma oportunidade de acompanhar e apoiar o aprendizado dos alunos. Ele entende que avaliação vai além das notas e se torna um processo contínuo, que ajuda a identificar pontos fortes e áreas que precisam de mais atenção. Isso cria um ciclo de aprendizado mais rico, onde o estudante tem feedback constante e sente que está evoluindo de forma significativa.
Vale dizer que a formação pedagógica não é algo que se faz uma única vez. A educação está sempre em transformação, e o professor precisa acompanhar essas mudanças. Por isso, a formação contínua ao longo da carreira é imprescindível. Participar de cur-

sos, seminários, ou até buscar trocas de experiências com outros profissionais são formas de manter a prática pedagógica atualizada. O professor que se dedica a esse processo de aprendizado contínuo garante que sua atuação seja sempre eficaz, mesmo diante dos desafios que surgem ao longo do tempo.

A formação pedagógica tem um impacto profundo na qualidade do ensino. Quando o professor é bem preparado, ele consegue criar um ambiente de aprendizado mais envolvente e eficaz. Ele sabe como lidar com a diversidade dos alunos, como aplicar as metodologias certas e como avaliar de maneira construtiva. Por isso, investir na formação dos educadores é essencial para garantir que a educação realmente cumpra seu papel de transformar vidas e preparar os estudantes para o futuro.

A educação superior EAD

A ascensão da educação superior à distância (EaD) no Brasil transformou-se no dado mais eloquente das estatísticas recentes: no Censo da Educação Superior 2023, nada menos que 77,2 % de todas as vagas oferecidas pelas 2 580 instituições foram a distância, o que equivale a 19,1 milhões de oportunidades acadêmicas três vezes o contingente da modalidade presencial. No mesmo período, a matrícula efetiva em cursos on-line já beirava metade do total de estudantes de graduação (49 %), sinalizando que o eixo do sistema se deslocou para o ambiente digital (Teixeira, 2024).

O motor dessa virada foi, em grande parte, o choque pandêmico de 2020-2022, que acelerou políticas de aprendizagem remota em dezenas de países. Relatório

da OECD (2024) mostra que 24 sistemas educacionais mantiveram, após a crise sanitária, iniciativas virtuais criadas em caráter emergencial de plataformas de aulas síncronas a planos robustos de recuperação de conteúdos. A herança, portanto, não se restringe a tecnologias: consolidou-se uma nova cultura de ensino que naturaliza tempos e espaços flexíveis.

Entre as vantagens mais celebradas figura a democratização do acesso. Evento da UNESCO no Dia Internacional da Aprendizagem Digital (2025) destacou casos de comunidades rurais no Quênia que, por SMS, e de aldeias indígenas no Brasil que, com um único projetor, passaram a cursar disciplinas universitárias, indicando que EaD pode furar bolhas geográficas e culturais. Para trabalhadores adultos, mulheres com tarefas de cuidado e pessoas com deficiência física, a elasticidade de horários converte-se em verdadeira porta de entrada ao ensino superior (UNESCO, 2025).

Outro trunfo é financeiro. Estudo do Instituto Semesp revelou que, em 2024, a mensalidade média de um curso presencial ficou em R$ 1 132, enquanto no EaD despencou para R$ 348, diferença de 3,3 vezes que alivia o orçamento familiar e amplia a base de potenciais ingressantes. Sob a ótica institucional, tal redução decorre do efeito-escala: polos de apoio exigem menos infraestrutura física e permitem alcançar milhares de alunos com um mesmo corpo docente (Fundacred, 2024).

Não por acaso, as universidades sobretudo as privadas, responsáveis por 95,9 % das vagas multiplicaram polos em ritmo industrial: o mesmo Censo 2023 mostra que apenas 22,8 % das ofertas permanecem presenciais. Essa escalabilidade sustentou o crescimento de 13,4 % nas matrículas EaD em 2023, mesmo num cenário de estagnação econômica, indicando que o modelo se converteu em estratégia de sustentabilidade financeira para o setor (Giusti, 2024).

Todavia, qualidade de ensino e engajamento estudantil permanecem pontos nevrálgicos. Pesquisa aplicada em 2024 com 81 universitários paulistas revelou que a satisfação global com a experiência acadêmica não difere significativamente entre o on-line emergencial da pandemia e o retorno presencial, mas 77,8 % dos respondentes pedem ajustes no desenho didático virtual mais aulas síncronas e interação. O dado sugere que, embora aceitável, o formato EaD ainda não atingiu maturidade pedagógica plena.

O principal calcanhar de Aquiles é a evasão. Segundo o Mapa do Ensino Superior 2024, a taxa nacional de abandono chega a 57,2 %, saltando a 64 % nos cursos à distância onze pontos percentuais acima do presencial. A OECD já advertira que a modalidade exibe

maior propensão a ausências e desistências, sobretudo entre estudantes socioeconomicamente vulneráveis, carentes de rotina e apoio acadêmico presencial.

Essa vulnerabilidade dialoga com a persistente exclusão digital: ainda hoje, 2,6 bilhões de pessoas carecem de acesso à internet, e 60 % das escolas primárias globais estão desconectadas, alerta a UNESCO (2025). Ademais, análise da OECD mostra que alunos de famílias de baixa renda relatam menos autoconfiança para aprender sozinhos on-line, reforçando a tese de que a EaD pode reproduzir desigualdades se não vier acompanhada de dispositivos de apoio (MEC, 2025).

No Brasil, também pesa o labirinto regulatório. A Portaria MEC 528/2024 suspendeu, em caráter transitório, novos credenciamentos EaD até que fossem definidos padrões de qualidade e cargas horárias presenciais mínimas; em abril de 2025, o ministério prorrogou o prazo para 9 de maio, mantendo o congelamento e sinalizando revisão mais profunda do marco legal. A moratória evidencia preocupação governamental com possíveis abusos mercadológicos e queda de standards acadêmicos (MEC, 2024).

Portanto, a EaD de nível superior oferece flexibilidade, redução de custos e alcance inédito, mas enfrenta o tripé crítico da permanência, da equidade digital e da garantia de qualidade. Políticas públicas que articulem conectividade universal, bolsas de manutenção e referenciais robustos de avaliação são indispensáveis para que a inclusão quantitativa se traduza em sucesso formativo. A agenda que se impõe não é EaD ou presencial, mas EaD bem regulada, pedagogicamente robusta e socialmente justa".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esse estudo, ficou claro o quanto a formação pedagógica é fundamental para garantir que a educação seja de qualidade. Não se trata apenas de dominar o conteúdo, mas de saber como transmitir esse conhecimento de maneira que realmente faça a diferença na vida dos alunos. A formação pedagógica permite que os professores se tornem mais do que simples transmissores de informações, ela os prepara para lidar com a diversidade da sala de aula e para adotar estratégias que ajudem os alunos a aprender de forma significativa.

As metodologias ativas, como o ensino baseado em problemas e o uso da tecnologia, por exemplo, são ótimas ferramentas para engajar os estudantes e torná- los mais participativos no processo de aprendizagem. E tudo isso só é possível porque a formação pedagógica oferece ao professor as bases para escolher e aplicar essas metodologias de maneira eficaz. O educador que investe em sua formação é aquele que tem um olhar mais atento para as necessidades de seus alunos e sabe como adaptar sua prática para atender a todos de forma mais personalizada.

A reflexão constante sobre a prática docente também é algo essencial. Os professores precisam ter a capacidade de olhar para o seu próprio trabalho, analisar o que está funcionando e o que pode ser melhorado. Isso exige um compromisso contínuo com a atualização e com o aprimoramento da sua prática pedagógica. Quando o educador se dedica a essa autoavaliação, ele consegue construir um ambiente de aprendizado mais dinâmico e produtivo, onde o aluno se sente motivado a aprender.

É importante ressaltar que a formação pedagógica não é algo isolado. As políticas públicas educacionais também têm um papel fundamental, oferecendo os recursos e as condições necessárias para que os professores possam continuar sua formação ao longo da carreira. Para que o ensino no Brasil melhore de fato, é necessário que o apoio aos educadores seja constante, com mais investimentos em programas de capacitação e na valorização profissional.

Assim, a qualidade do ensino depende diretamente da formação do professor. Quando ele tem uma base pedagógica sólida e investe no seu desenvolvimento contínuo, o impacto na aprendizagem dos alunos é imenso. A educação é um caminho que transforma vidas e prepara para o futuro, e para isso é preciso que os educadores recebam todo o apoio necessário para desempenharem o seu papel com excelência. Dessa forma, o estudo desenvolvido por esse profissional

se torna uma verdadeira chave para um futuro mais justo e bem preparado para os desafios do mundo atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Brenda; LOPES, Lorena. Gamificação no Ensino Superior. In: Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. 2024.

ALMEIDA, Marta Mateus de. Formação pedagógica e desenvolvimento profissional no ensino superior: perspectivas de docentes. Revista Brasileira de Educação, v. 25, p. e250008, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2023: resultados. Brasília, 2023.

CARNEIRO, Luci Annee Vargas; BRIDI, Fabiane Romano. Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. 146-158, 2020.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria Das Graças Gonçalves Vieira; GOMES, Claudia Suely Ferreira. Avaliação de cursos do ensino superior no Brasil: o SINAES na sua relação com a qualidade. Eccos Revista Científica, n. 56, 2021.

DEBALD, Blasius. Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno. Penso Editora, 2020.

FERRAZ, Roselane Duarte; FERREIRA, Lúcia Gracia; NOVA, Carla Carolina Costa da. A docência universitária e suas interfaces didáticas: movimentos de aprendizagens. Revista Diálogo Educacional, v. 21, n. 68, p. 155-183, 2021.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; OLIVA, Manuel Francisco Romero. Políticas públicas para o Ensino Superior: a produção científica brasileira em circulação internacional. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 32, p. e0244199, 2024.

FUNDACRED. Valor médio de mensalidades de cursos superiores cai 16,7 %. Instituto Semesp, 25 mar. 2024.

GIUSTI, Júlia. Ensino superior no Brasil tem 57 % de evasão na rede pública e privada. Correio Braziliense, Brasília, 8 maio 2024.

GOMES, Ana Paula; OLIVEIRA, Marco Antonio. A ditadura civil-militar: reforma universitária de 1968 e a resistência da UNE. EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação, v. 8, p. 1-26, 2021.

HUET, Isabel. Desenvolvimento profissional docente no Ensino Superior: Contributos para uma reflexão. Revista Portuguesa de Educação, v. 37, n. 2, p. e24034- e24034, 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). Portaria n.º 528, de 6 jun. 2024. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). Prorroga prazo para regulação da EaD no ensino superior. Agência Brasil, 15 de abril de 2025.

NASCIMENTO, Janaína Rodrigues Reis; ALMEIDA, Barbarah Conrado; SILVA, Mariana Batista. Práticas inovadoras no ensino superior. Revista Internacional de Educação Superior, v. 9, p. e023023-e023023, 2023.

NÓVOA, António et al. Desafios e perspectivas contemporâneas da docência universitária: um diálogo com o professor António Nóvoa. Revista Docência do Ensino Superior, 2023.

TEIXEIRA, J. C. et al. Satisfação dos alunos com a experiência acadêmica: a pandemia versus o retorno ao presencial. Future Journal. v. 16, n. 1, 2024.

UNESCO. A UNESCO destaca como a aprendizagem digital pode promover a equidade em contextos de poucos recursos. 31 de março. 2025.

WEBER, Elson Luciano; OLGIN, Clarissa de Assis. Metodologia de ensino híbrido no

ensino superior: uma revisão da literatura. 2020. Anais do CIET:EnPED:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), São Carlos, ago. 2020